



Troika em Lisboa | Os chefes de missão da troika deverão terminar esta semana a oitav

Troika ac de 4% nã

A retoma vai resistir a
convicção da troika qu

RUI PERES JORGE

rpjorge@negocios.pt

Os sinais de que a troika não flexibilizará as metas orçamentais para o próximo ano sucedem-se e um dos argumentos que favorecem a manutenção do objectivo de 4% é a capacidade da economia aguentar esse choque contraccionista, especialmente num contexto em que a envolvente externa dá sinais de melhoria, ainda que ténues.

Esta é a convicção da troika e constará nas previsões económicas que acompanharão os relatórios da avaliação. Mesmo com a aplicação do pacote de austeridade de 3,3 mil mi-



Miguel Baltazar

a e nona avaliações.

reedita que déficit o ameaça recuperação

mais um pacote de austeridade. Essa é a
e deve concluir esta semana a avaliação

lhões de euros (perto de 2% do PIB), a economia deverá conseguir crescer no próximo ano, confiam troika e Governo, segundo apurou o Negócios junto de várias fontes.

A confiança na capacidade de resistência da economia é fortalecida pelas últimas previsões do Banco de Portugal, publicadas em Julho, que apontavam para um crescimento de três décimas já com a inclusão do pacote de austeridade acordado com a troika. No entanto, nessa altura, o Banco de Portugal escrevia também que existiam "riscos descendentes para 2014", os quais "decorrem tanto da possibilidade das medidas orçamentais anunciadas induzirem

uma maior contracção do consumo privado do que a projectada, como da eventualidade de uma evolução menos favorável das exportações".

A concretização dos cortes de despesa (cuja negociação forçou um arastar das negociações da sétima avaliação entre Fevereiro e Junho) continuou a ser um dos temas mais difíceis desta avaliação que está na sua terceira semana. Os riscos de a economia cair novamente em recessão, as dificuldades em manter a coesão no Governo, a esperada contestação a medidas de austeridade desta violência – incluindo cortes de pensões e despedimentos – e os entraves colocados pelo Tribunal Constitucio-

nal foram factores que complicaram as discussões.

Mas do lado dos credores, a abertura para flexibilizar o que já havia sido combinado foi pequena desde início. Há uma percepção de que aumentou o risco de Portugal perder o controlo do programa de ajustamento, seja por impasses nos corte da despesa, seja por atrasos em algumas reformas estruturais, incluindo no mercado de trabalho, onde a avaliação, especialmente do FMI, é a de que é necessária mais flexibilidade salarial em alguns grupos mais afectados pelo desemprego, como os jovens e os trabalhadores com menores qualificações.

OS QUATRO EIXOS DE AVALIAÇÃO DA TROIKA

EQUIPA DA TROIKA TEM PRIORIDADES MUITO CLARAS

1 Cortar despesa para reduzir défice e dívida

O plano acordado com a troika na sétima avaliação incluía medidas avaliadas em cerca de 3,3 mil milhões de euros, que vão desde os despedimentos na função pública (entretanto vedados pelo Tribunal Constitucional), a cortes nas pensões dos sectores privado e público, passando por uma revisão das tabelas salariais da Função Pública. Há ainda várias medidas de contenção de consumos intermédios. Este pacote seria o último grande corte de despesa ao abrigo do programa de ajustamento que termina em Junho do próximo ano. O enfoque da troika na despesa justifica-se pelo facto de, ao contrário dos planos iniciais, a consolidação ter, até agora, e depois da obrigação de devolver salários, dependido em grande medida da evolução dos gastos com salários. **RPJ**

2 Reduzir custos do trabalho no público e no privado

O Governo já aprovou várias alterações à legislação laboral e ao regime do subsídio de desemprego, mas o FMI tem defendido que é necessário ir mais longe na redução dos custos laborais. Cortes de salário ou na duração do subsídio de desemprego têm por isso estado no centro da discussão. Até há bem pouco tempo, o Governo e os patrões defendiam que não são necessárias novas alterações à legislação laboral, mas o *chumbo* da Constitucional a algumas das alterações mais emblemáticas da nova reforma veio justificar a ideia de que é necessário voltar a discutir alterações ao Código do Trabalho. O Governo pretende definir novos critérios de escolha de trabalhadores em caso de despedimento por inadaptação. As confederações patronais querem ir mais longe. **CAP**

3 Impostos só descem com almofada orçamental

O Governo tem dito que quer começar a descer impostos já em 2014 e que a sua prioridade será o IRC. A troika não deverá opor-se, mas exigirá que as metas de consolidação orçamental não sejam postas em causa devido a estas opções, o que complica a decisão. Uma descida de dois pontos na taxa de IRC levaria mais de 200 milhões de euros de receita; e a proposta de eliminação da dupla tributação económica representa mais 120 milhões, não sendo certo que haja como cobrir estes valores. Outra área a que o Governo poderá dar prioridade é o IVA da restauração. Após vários meses a defender a subida do IVA para os 23%, o Governo apresentou agora um relatório onde propõe a sua descida. São mais 150 milhões de euros para compensar com cortes na despesa ou outra receita. **EM**

4 Linhas vermelhas de Paulo Portas em risco de serem ultrapassadas

A estabilidade política é uma variável que preocupa os mercados e a troika. Depois da crise desencadeada na sétima avaliação, Paulo Portas prometeu cooperação e foi promovido, tendo ficado responsável pelo acompanhamento das negociações. Falta saber como reagirá se as suas "linhas vermelhas" forem mesmo ultrapassadas. Dada a aparente inflexibilidade da troika para aligeirar o ritmo de consolidação orçamental, só a economia e as previsões macroeconómicas poderão aliviar a tarefa do Governo. Caso não seja suficiente, Portas poderá perder algumas das mais importantes batalhas – caso da TSU dos pensionistas, da descida do IRC ou do alívio do IVA na restauração. Com os juros nos 7%, Cavaco Silva já avisou que é preciso estabilidade política. **EM**